



CHEGA DA LEI DO ARROCHO SALARIAL

REAJUSTE JÁ!



O Sindsep continua em sua trajetória de atuação pela melhoria das condições de trabalho e salário dos servidores municipais de São Paulo. Ainda há muito que fazer. A começar pela pauta de reivindicações para este ano, que depende da sua participação em nossas mobilizações.



10º CONGRESSO UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

Página 6

Ato Geral dia 27 de abril • terça-feira • 14h em frente à Secretaria de Gestão - Rua Líbero Badaró, 425

**ATENÇÃO:
URGENTE, URGENTE!!!!
PRECATÓRIOS**

Se você tem doença crônica comprovada em laudo médico ou tem mais de 60 anos, completados até 9 de dezembro de 2009, e está aguardando receber precatório, entre em contato urgente com o sindicato

Sindsep 23 anos: a luta está apenas começando

Na primeira metade da década de 1980, ventos democráticos varriam o país de Norte a Sul e levavam às ruas milhões de brasileiros que reivindicavam liberdade e cidadania depois de 21 anos de ditadura militar. A Constituição de 1988 coroou esse processo de lutas e inaugurou no país um novo momento.

São Paulo testemunhou algumas das maiores manifestações do período e também viu nascer o Sindsep, criado em 1987 e tornado legal em 1988. De lá para cá, foram muitas as vitórias conquistadas graças à mobilização dos servidores numa incansável batalha por seus direitos e por melhores e mais justas condições de trabalho.

Hoje, o Sindsep representa 149 mil trabalhadores de todas as categorias, além de 51 mil aposentados. Dentre as conquistas asseguradas nesses anos estão a instituição das Cipas na estrutura pública; o direito à representação sindical por local de trabalho e a participação no controle social da saúde através dos conselhos gestores, além das ações judiciais por reposição salarial referentes à falta de reajuste em momentos diversos da administração pública.

Mas, está no DNA do Sindsep a busca pelo aprimoramento das condições salariais e de trabalho dos funcionários públicos municipais. Por isso, elaborou uma pauta geral da categoria para a data-base 2010 que envolve 23 itens. Mas, para sair vitorioso e continuar sua trajetória de lutas, o Sindsep depende da adesão

e engajamento dos servidores. Filie-se e participe conosco dessa mobilização.



Irene Batista
Presidente do Sindsep

MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - ABRIL DE 2010
Sede: Rua da Quitanda, 162 - Centro - CEP 01012-010
São Paulo SP - Tel/fax: (11) 2129 2999
secgeral@sindsep-sp.org.br - www.sindsep-sp.org.br
Presidente: Irene Batista de Paula

GDA aprovada com exclusões

Foi aprovado, no dia 4 de abril, com exclusões o Projeto de Lei 46/2010 que prevê o pagamento da Gratificação por Desempenho de Atividade (GDA) aos assistentes sociais e pedagogos. Apesar de a proposta do Sindsep – de incorporação imediata de todas as carreiras – não ter conseguido apoio suficiente na Câmara para sua homologação, foi aberta uma nova frente de luta. Emenda apresentada por um conjunto de partidos e aprovada pela Casa em sessão subsequente prevê a extensão da GDA aos profissionais por ora excluídos até o final de

2012. Portanto, o trabalho do sindicato agora é no sentido de pressionar o prefeito Gilberto Kassab pela aprovação do texto.

O líder do governo na Câmara, José Police Neto, o Netinho do PSDB, votou contra a emenda que propunha um escalonamento de pagamento da GDA. Segundo ele, o prefeito vetaria a proposta e possivelmente o próximo grupo contemplado seria o de bibliotecários e técnicos em educação física.

Embora não se tenha conseguido uma GDA universal, essa vitória inicial foi muito importante e é fruto da mo-

bilização dos servidores e do Sindsep que, agora, deverá se dirigir aos secretários para que eles se comprometam a contrariar o veto. Se ainda assim a emenda for indeferida, o passo seguinte será pressionar os vereadores. A meta do sindicato é que, com a mobilização dos trabalhadores, seja possível estender o GDA a outras carreiras antes de 2012.

Para manter o debate e reivindicações acerca do tema, será realizada uma assembleia no dia 29/04, às 14h, na sede do Sindsep com os trabalhadores, para dar continuidade à luta pela extensão da GDA para todos.

APROVADA A CONVENÇÃO 151

Vitória histórica do servidor público

Aprovado pelo Congresso Nacional no final de março o Projeto de Decreto Legislativo do Senado de número 819/09, que aprova, com ressalvas, a Convenção 151 e a Recomendação 159, ambas sugeridas pela Organização Internacional do Trabalho.

De acordo com o parecer da Comissão de Relações Exteriores, onde o relator foi o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB/AC), “a maior parte dos dispositivos da Convenção e da Recomendação já se encontra espelhada no

ordenamento jurídico brasileiro”. A ressalva na aprovação refere-se à necessidade de se fixar em lei a remuneração dos servidores – e suas condições de trabalho – que não podem, por isso, ser objeto de simples negociação entre a autoridade administrativa e os servidores. Agora, a atuação dos sindicatos que representam os servidores terá o desafio de fazer valer tal legislação.

A Convenção 151 regulamenta as relações de trabalho na Administração Pública, estabelece as diretrizes sobre

negociação coletiva e prevê garantias às organizações de trabalhadores do setor público. Já a Recomendação 159 sugere a adoção de procedimentos acerca dos critérios objetivos e pré-estabelecidos a respeito do caráter representativo das organizações sindicais. Ainda, determina que tais procedimentos devem ser de “tal natureza que não estimulem a proliferação de organizações que cubram as mesmas categorias de trabalhadores da Administração Pública”.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Kassab quer privatizar a cultura

Seguem os ataques da gestão Kassab ao setor público. Agora é a vez da cultura. O prefeito enviou à Câmara recentemente o Projeto de Lei 09/2010 transformando o Teatro Municipal em fundação. Dessa maneira, a administração municipal transfere a uma entidade formada por atores sociais de interesses diversos a responsabilidade por um patrimônio histórico e cultural que pertence à cidade de São Paulo. Além disso, o projeto abre espaço para a formação de Organizações Sociais na área cultural, o que também serve como inibidor da ges-

tão pública, transferindo para a iniciativa privada um papel que deve ser do Estado.

No caso da fundação, a proposta é de um quadro funcional com 104 servidores, dos quais 43 são cargos comissionados de livre provimento. Segundo a Secretaria de Cultura, a transformação em fundação resolveria o problema dos trabalhadores de atividades artísticas, em geral contratados de forma precária. Mas, no entendimento do Sindsep, essa é uma falsa solução para o problema porque a contratação passará a ser terceirizada por meio das Organiza-

ções Sociais, a exemplo do que já vem ocorrendo na saúde, o que é igualmente prejudicial para os trabalhadores.

As OSs acabam sendo verdadeiras minas de ouro para aqueles que ganham do Estado o direito de geri-las. No caso do estado de São Paulo, em cinco anos as organizações sociais da área cultural receberam cerca de R\$ 340 milhões.

Desde 1998, quando FHC criou as OSs, o Sindsep luta pelo seu fim. O sindicato apoia ação de inconstitucionalidade no STF e participa de campanha junto ao presidente Lula para revogação da lei 9637/98. Em breve, o Sindsep realizará um encontro sobre o tema, conforme aprovado em seu 10º Congresso.

Sindsep luta contra o assédio moral

A gestão do prefeito Gilberto Kassab continua seguindo a mesma linha política de destruição do serviço público e de atrofiação do Estado encabeçada pelo ex-governador José Serra. Para fazer valer sua visão autoritária de gestão, Kassab ataca os direitos dos trabalhadores permitindo – e mesmo estimulando – a truculência no tratamento dos servidores. Um dos resultados é a pressão das chefias sobre os funcionários nas mais diversas áreas da administração municipal.

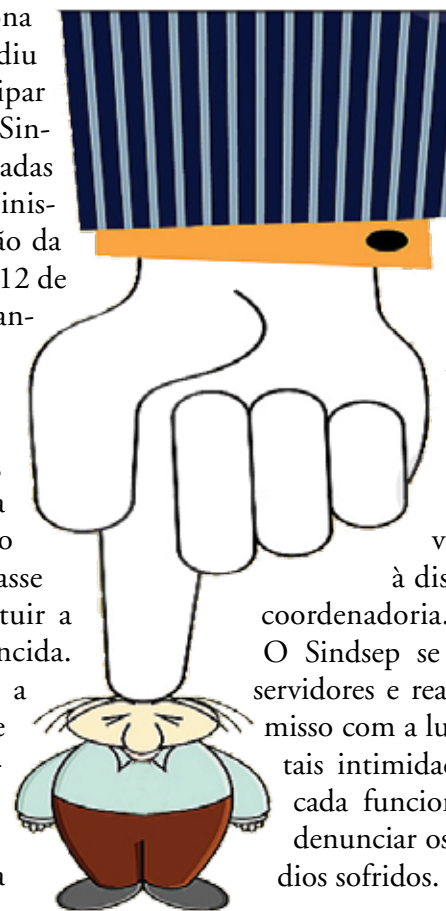
O Sindsep tem recebido reclamações de várias unidades. A se-

cretaria campeã de reclamações é a da Saúde. Com a implantação das Organizações Sociais, os servidores são submetidos a pressões enormes, seja da chefia imediata, seja das OSs. Para o sindicato, os trabalhadores não podem se intimidar e devem denunciar ao Sindsep todo e qualquer tipo de pressão para que as medidas necessárias possam ser tomadas em prol do servidor.

Na Plenária de Representantes Sindicais de Unidades (RSU), no dia 7 de abril, dois casos chamaram atenção. Numa Unidade Básica de

Saúde (UBS) da Zona Leste, a chefia impediu um servidor de participar do 10º Congresso do Sindsep, apesar de tomadas todas as medidas administrativas e da publicação da Portaria SMS 010, de 12 de janeiro de 2010, garantindo esse direito.

Outro caso foi verificado na Zona Noroeste onde um servidor, desempenho de sua função, solicitou ao paciente que procurasse o médico para substituir a receita que estava vencida. paciente se negou e a chefia da unidade pressionou o funcionário para que a medicação fosse entregue mesmo com a



receita vencida, contrariando a própria orientação da SMS e a determinação do Ministério da Saúde através da portaria 344/98 e suas atualizações. pois de o caso ser denunciado junto ao Conselho Gestor da unidade e ao Sindsep, o servidor foi colocado à disposição para outra coordenadoria.

O Sindsep se solidariza com os servidores e reafirma seu compromisso com a luta para acabar com tais intimidações. E conta com cada funcionário público para denunciar os desmandos e assédios sofridos.

Cai a Lei da Mordaza

A Câmara dos Vereadores de São Paulo revogou no dia 17 de março, a Lei da Mordaza, norma criada pela ditadura militar em 1979, no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo, que proibia a livre expressão dos servidores.

O inciso I do artigo 179 da lei 8989/1979 dizia o seguinte: o servidor público é proibido de “referir-se depreciativamente em informação, parecer ou despacho, ou pela imprensa, ou por qualquer meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da Administração”.

O Projeto de Lei do prefeito não previa a revogação de todo o inciso, mas após discussão na Câmara, inclusive com a presença do Sindsep foi aceito uma emenda que revoga o inciso inteiro.

Mantiveram-se os demais impedimentos como uma maneira de manter a hierarquia, a disciplina interna e a urbanidade, de funda-

mental importância para o bom funcionamento de qualquer tipo de organização.

A Lei da Mordaza também foi revogada em setembro do ano passado, quando a Assembleia Legislativa de São Paulo alterou o artigo 242 da lei 10.261/1968, no qual impedia do servidor se referir de forma ofensiva “em informação, parecer ou despacho, ou pela imprensa, ou por qualquer meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da administração”.

No entanto, a Lei da Mordaza parece não ter sumido de vez, mesmo com a queda das decisões estadual e municipal. Alguns órgãos ainda tentam manter rédeas curtas no servidor, como por exemplo, na atual greve dos professores estaduais. No mês passado, a Diretoria de Ensino Leste 3 determinou que diretores e professores não comentassem sobre a greve à imprensa.



O Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo – Sindsep, considera muito importante esclarecer para TODOS os trabalhadores da Prefeitura, que a Liminar deferida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, não restringe aos sócios e não-sócios a ação na qual o Sindsep luta para impedir a exclusividade concedida pela Prefeitura ao Banco do Brasil, a decisão é para TODOS OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

Em virtude dessa liminar, o Prefeito Gilberto Kassab, fez publicar no dia 4 de março de 2010, um comunicado por meio do Diário Oficial da Cidade de São Paulo, alegando que somente os servidores municipais sindicalizados ao Sindsep teriam o direito de realizar o empréstimo consignado em instituição financeira, tentando “inverter” o jogo e colocar o Sindsep como “vilão” desta história.

A verdade é que a posição do Sindsep

foi e continua sendo pelo direito de escolha do trabalhador!

Ressaltamos que a decisão judicial ainda é provisória e pode mudar a qualquer momento.

O Departamento de Recursos Humanos da Municipalidade de São Paulo, leva em média 30 dias para consignar o devido desconto da mensalidade sindical.

Esclarecemos ainda que ao Sindsep cabe apenas o papel de filiar o(a) trabalhador(a) e não a de garantir o empréstimo.

Por fim, com relação aos trabalhadores das Autarquias Hospitalares, IPREM, Serviço Funerário e HSPM, além dos trabalhadores que pagam suas mensalidades através de débito em conta corrente ou na entidade, também não recebemos nenhuma instrução do DRH sobre o procedimento que será adotado, já que estes não pertencem ao sistema E-CONSIG.

DIRETORIA/SINDSEP

Campanha unificada Confetam/CUT



O Sindsep está participando da campanha salarial nacional unificada, envolvendo todos os sindicatos que fazem parte da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam/CUT). Dessa forma, as entidades sindicais buscam reforçar as campanhas nos municípios e fortalecer a luta dos servidores em âmbito nacional.

Para potencializar a mobilização, o Sindsep propõe algumas ações: aumentar a campanha em torno do Ciclo Orçamentário Municipal; publicar os resultados da Campanha Salarial de 2008/2009 juntamente

com o Dieese como elemento motivador para as próximas campanhas salariais; estimular a realização da formação dos dirigentes em orçamento público; realizar a Marcha sobre os Municípios, intervindo na aprovação do orçamento público municipal; realizar campanha nacional pela efetivação do Estatuto do Concurso Público; buscar a aprovação de uma lei nacional antiterceirização do serviço público; fazer campanha pela valorização do trabalhador do serviço público e a realização de seminários sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Um 1º de Maio de decisões e integração

O 1º de Maio de 2010 terá um papel estratégico para os trabalhadores brasileiros. Será uma data de forte mobilização por conquistas nacionais de interesse geral da classe, como ocorre anualmente, mas também um momento que dará as bases para que os trabalhadores tenham papel protagonista nos rumos do país. Em outubro, o novo ou nova presidente da República será escolhido e as centrais sindicais, bem como os trabalhadores, serão chamados a mobilizar a população para que seja garantida a continuidade do ciclo virtuoso aberto por Lula em 2002.

“Temos uma militância absolutamente convencida de que (José) Serra e os tucanos, junto com os ex-peefelistas, poderiam fazer o Brasil andar pra trás e destruir as políticas sociais que estão mudando o País. Políticas que estão incluindo milhões de pobres ao mercado de trabalho, ao consumo e ao ensino público, o que dará uma nova perspectiva de futuro aos filhos do povo, nossos próximos engenheiros, médicos, cientistas e, por que não, jornalistas”, disse Ar-

tur Henrique, presidente da CUT, depois de ato realizado no dia 10 de abril, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em apoio a Dilma Rousseff e que reuniu o presidente da República, a pré-candidata, lideranças políticas e centenas de trabalhadores e sindicalistas da CUT, Força Sindical, CTB, UGT, CGTB e Nova Central.

Ao mesmo tempo, o próximo 1º de Maio terá, nas ações da CUT-SP, um mote especial: a integração latino-americana que, do ponto de vista brasileiro, ganhou outro significado na gestão Lula. Um evento internacional na capital paulista tratará da integração dos países das América Latina, onde vivem cerca de 100 milhões de trabalhadores. “Houve mudanças culturais profundas nos últimos anos em nossa região e ainda não fizemos uma avaliação profunda sobre isso. Queremos resgatar a importância histórica do 1.º de Maio discutindo as perspectivas e os desafios para os movimentos sociais”, explica Adi Lima, presidente da CUT-SP.



Pelo fim do arrocho salarial, reajuste já!

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em março um reajuste dos salários dos servidores públicos desta Casa e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Com isso, os servidores passaram a ter, a partir do mesmo mês, a correção da inflação de um ano, cujo porcentual é de 4,84%.

Desde 2009, o reajuste tem sido dado; a novidade é que agora está sendo concedida uma reposição parcial das perdas referentes ao período de 1º de fevereiro de 2004 a 29 de fevereiro de 2008, sendo uma das parcelas de 6,01%. Estas despesas serão computadas junto com as de todos os servidores públicos da rede direta, das autarquias etc.

A prefeitura, porém, continua se recusando a conceder qualquer correção salarial para os servidores, mesmo que em 2009 as despesas de todo o

funcionalismo tenha ficado em apenas 36% de todo o orçamento arrecadado, índice muito abaixo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina o teto de 54%.

Por isso, o sindicato está convocando uma mobilização para exigir o fim da Lei do Arrocho Salarial e reposição imediata, por 22% de recuperação da inflação e vinculação dos pisos com o salário mínimo, conforme o abaixo-assinado – disponível no site do Sindicato – para coletar adesões e levar no dia da mobilização. Ainda será distribuído um colete da campanha para ser usado nas unidades, além do cartaz que já está divulgando a nossa pauta de reivindicações.

O Sindicato convoca a todos a participar desta mobilização no dia 27/04 às 14 horas na Secretaria Municipal de Gestão, Rua Líbero Badaró, 425 – Centro.

CALENDÁRIO GERAL DE MOBILIZAÇÃO

15/03 a 27/4 - Assembleias nos locais de trabalho
Campanha Salarial 2010

17/04 - 9 horas - Plenária de Agentes de Apoio
no Sindsep

14 horas - Assembléia geral no Sindsep

24/04 - Assembléia específica
dos profissionais da educação
14 horas - no Sindsep

27/04 - ATO NA SMG COBRANDO A RESPOSTA DA
PAUTA e entrega dos abaixo-assinados pela mudança da
lei salarial e estabelecimento dos pisos salariais,
de acordo com o salário mínimo,
14 horas, Rua Líbero Badaró, 425

SALÁRIO DO SERVIDOR É MENOR QUE O MÍNIMO NACIONAL

Para se ter uma ideia de quanto os trabalhadores do setor público municipal paulistano tem perdido nos últimos anos, conforme dados do Dieese, em 1995 o salário mínimo era de R\$ 70,00. Enquanto isso, o funcionário de nível básico ganhava R\$ 138,78 (o que equivalia 1,98 salário mínimo); o de nível médio, R\$ 245,88 (3,51 salários mínimos) e o superior, 784,70 (11,21 salários mínimos). Veja a tabela.

Quinze anos depois, os funcionários municipais recebem muito menos em relação ao salário mínimo atual, que é de R\$ 510,00. Os de nível básico recebem menos que o mínimo: 0,86 (ou R\$ 439,86); os de nível médio, 1,26 salário mínimo (ou R\$ 644,96) e o superior, 3,60 (ou R\$ 1.838,11). É preciso, portanto, vincular o reajuste do servidor ao do salário mínimo. Participe conosco dessa luta!

Ano/Ref	Salário do Nível Básico	Salário mínimo	Nº de Salários mínimos
2010	R\$ 439,86	R\$ 510,00	0,86
2009	R\$ 439,86	R\$ 465,00	0,95
2008	R\$ 439,86	R\$ 415,00	1,06
2007	R\$ 439,82	R\$ 380,00	1,16
01.11.06	R\$ 439,38	R\$ 350,00	1,26
01.12.05	R\$ 434,73	R\$ 300,00	1,45
01.12.04	R\$ 429,70	R\$ 260,00	1,65
PCCS/03	R\$ 418,69	R\$ 240,00	1,74
22.01.03	R\$ 238,24	R\$ 200,00	1,19
01.10.02	R\$ 232,16	R\$ 200,00	1,16
01.03.01	R\$ 227,61	R\$ 151,00	1,51
29.12.00	R\$ 226,03	R\$ 151,00	1,50
01.01.99	R\$ 206,46	R\$ 130,00	1,59
01.01.98	R\$ 196,01	R\$ 120,00	1,63
21.03.97	R\$ 167,81	R\$ 112,00	1,50
13.11.96	R\$ 164,91	R\$ 112,00	1,47
22.02.95	R\$ 147,11	R\$ 70,00	2,10
16.01.95	R\$ 138,78	R\$ 70,00	1,98

Ano/Ref	Salário do Nível Médio	Salário mínimo	Nº de Salários mínimos
2010	R\$ 644,96	R\$ 510,00	1,26
2009	R\$ 644,96	R\$ 465,00	1,39
2008	R\$ 644,96	R\$ 415,00	1,55
2007	R\$ 644,90	R\$ 380,00	1,70
01.11.06	R\$ 644,26	R\$ 350,00	1,84
01.12.05	R\$ 637,43	R\$ 300,00	2,12
PCCS/04	R\$ 630,06	R\$ 260,00	2,42
22.01.03	R\$ 422,07	R\$ 200,00	2,11
01.10.02	R\$ 411,29	R\$ 200,00	2,06
01.03.01	R\$ 403,23	R\$ 151,00	2,67
29.12.00	R\$ 400,43	R\$ 151,00	2,65
01.01.99	R\$ 365,77	R\$ 130,00	2,81
01.01.98	R\$ 347,28	R\$ 120,00	2,89
21.03.97	R\$ 297,30	R\$ 112,00	2,65
13.11.96	R\$ 292,16	R\$ 112,00	2,61
22.02.95	R\$ 260,63	R\$ 70,00	3,72
16.01.95	R\$ 245,88	R\$ 70,00	3,51

Ano/Ref	Salário do Nível Superior	Salário mínimo	Nº de Salários mínimos
2010	R\$ 1.838,11	R\$ 510,00	3,60
2009	R\$ 1.838,11	R\$ 465,00	3,95
2008	R\$ 1.838,11	R\$ 415,00	4,43
PCCS 2007	R\$ 1.837,93	R\$ 380,00	4,84
01.11.06	R\$ 1.376,45	R\$ 350,00	3,93
01.12.05	R\$ 1.362,82	R\$ 300,00	4,54
01.12.04	R\$ 1.347,06	R\$ 260,00	5,18
22.01.03	R\$ 1.347,06	R\$ 200,00	6,74
01.10.02	R\$ 1.312,66	R\$ 200,00	6,56
01.03.01	R\$ 1.286,92	R\$ 151,00	8,52
29.12.00	R\$ 1.277,98	R\$ 151,00	8,46
01.01.99	R\$ 1.167,36	R\$ 130,00	8,98
01.01.98	R\$ 1.108,34	R\$ 120,00	9,24
21.03.97	R\$ 948,84	R\$ 112,00	8,47
13.11.96	R\$ 699,33	R\$ 112,00	6,24
22.02.95	R\$ 831,78	R\$ 70,00	11,88
16.01.95	R\$ 784,70	R\$ 70,00	11,21

Obs: estão sendo considerados o salário base, sem gratificações.

SEGURO DE AUTOMÓVEL
ATENÇÃO SERVIDOR

JORGE COURI
CORRETORA DE SEGUROS

SINDSEP

DESCONTOS DE 15% A 40% PARA SÓCIOS E FAMILIARES
Conforme seguro contratado

* Promoção - Indique um Seguro (Fechou) acesse nosso site e escolha seu presente !

Marítima seguros, SulAmérica, MAPFRE, Azul, PORTO SEGURO, Bradesco

(11) 2081-7000
Atendimento personalizado ao servidor público
www.jorgecouri.com.br

Debates marcaram o 10º Congresso

A 10ª edição do Congresso do Sindsep, realizado entre os dias 10 e 12 de março no Clube de Regatas Tietê, em São Paulo, reuniu centenas de trabalhadores e lideranças sindicais e políticas para discutir o tema central do evento: Serviços públicos de qualidade com políticas públicas e controle social.

Um dos assuntos discutidos foi a negociação coletiva no serviço público, garantida pela Convenção 151 da OIT. Segundo o presidente da CUT-SP, Adi dos Santos Lima, a norma “busca a valorização do trabalhador”. Adi disse ainda que “nossa Constituição permite o direito de greve desde 1988, mas quase todas as empresas públicas e privadas julgam-na ilegal, como forma de intimidação. O trabalhador não deve ter medo de exigir seus direitos”.

Também foi pauta a Convenção 156, que prevê a igualdade de oportunidades e de tratamento para os trabalhadores de ambos os sexos e de trabalhadores com responsabilidades familiares e estende ao homem o direito a seis meses de licença-paternidade. “A nossa sociedade é machista e as mulheres ainda lutam por salários iguais, e, além de ser ela quem cuida dos filhos e do marido, ainda trabalha fora. Por isso, queremos que mulheres e homens tenham as mesmas responsabilidades, direitos e deveres quando constituírem fa-



Adi Santos de Lima



Sônia Vasconcelos



Graça Costa



José Lopes Feijó

mília”, afirmou Sônia Auxiliadora Vasconcelos, da Secretaria Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT.

Para a presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam), Graça Costa, esta medida traria ganhos a toda sociedade, além de condenar quem utilizasse das licenças maternidade e paternidade em benefício próprio. “Os movimentos sindicais femininos trabalham por uma política igualitária, mas qualquer lei que faça mudanças cria uma barreira, pois estamos indo de encontro à cultura e à história machista deste país. Queremos que os homens possuam as mesmas obrigações e deveres que as mulheres e mães trabalhadoras”.

O vice-presidente Nacional da CUT, José Lopes Feijó, ressaltou o benefício para a criança da extensão da licença aos pais: “um recém-nascido necessita da presença não só da mãe, mas do pai também. E ainda acho pouco seis meses. Espero que consigamos aumento para um ano, como acontece nos países nórdicos”.

O deputado federal Vicentinho (PT-SP) também marcou presença no congresso. Ele falou sobre a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais. “A redução diminuirá os problemas de saúde do trabalhador, além de aumentar seu tempo de lazer e com a família. Em outros países em que

TAMBÉM ESTIVERAM NO CONGRESSO



Miguel (advogado da FETAM), Luiz Cláudio e Paula

A política de saúde do servidor público surgiu com o movimento popular.

Arnaldo Marcolino

Fed. Int. dos Trab. em Radiodifusão e Televisão no Brasil e Membro da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador Nacional

Devemos lutar contra o que for preciso para defender o interesse dos trabalhadores

Luiz Cláudio Marcolino

Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo



Arnaldo

foi adotada, muitas empresas tiveram um aumento de produtividade, já que tinham funcionários mais satisfeitos e dispostos a trabalhar. Acreditamos que a redução também gerará mais empregos”.

SINDICALISMO NO INTERIOR

O secretário de Políticas Sindicais da CUT-SP, Marcelo Fiori, explicou como o seu departamento vem ajudando na formação de alianças sindicais em cidades do interior de São Paulo. “Dos 645 municípios paulistas, cerca de 400 não possuem organizações sindicais. Então, a secretaria está trabalhando para tentar mudar este quadro, juntamente com organizações que não são da CUT. Queremos que



Vicentinho



Marcelo Fiori

os trabalhadores das cidades pequenas tenham conhecimento de seus direitos e deveres”.

Fiori também falou sobre a dificuldade em lidar com os poderes locais no interior. “As dificuldades são muitas, além da falta de conhecimento da própria classe trabalhadora. Ainda existe o apadrinhamento nos setores públicos e privados, sem falar no coronelismo, que ainda voga nestas cidades, onde a vontade do patrão é rigorosamente acatada. Mas estamos trabalhando para que esta cultura acabe no Brasil e que tenhamos um avanço maior em nossa democracia”.

As Resoluções do 10º Congresso estão em nosso site – www.sindsep-sp.org.br

Assembleia será no dia 15 de maio

Na busca por melhores condições de trabalho na área da saúde, o Sindsep convoca uma assembleia para o dia 15 de maio, às 10h, em sua sede. Neste mesmo sentido, participou de mesas de negociação nos dias 18, 25 e 29 de março, envolvendo representantes da SMS, das autarquias e do HSPM. Nelas, questões cruciais foram discutidas e algumas apontam para a resolução de demandas há tempos aguardadas.

No que diz respeito ao plano de carreira das autarquias e ao PPD, o Sindsep continua pressionando a administração pública. Ambos os temas contam com iniciativas de projetos de lei nas secretarias de Finanças e de Planejamento.

Com relação ao pagamento das campanhas de vacinação etapas 2005, 2006 e 2007, a comissão que envolve os setores jurídico e de finanças concluiu os trabalhos de levantamento dos funcionários com direito a tal remuneração. O documento está sendo encaminhado ao prefeito Gilberto Kassab para autorização de pagamento.

Também foi abordado o Centro de Convivência Infantil, que serve aos funcionários do Hospital Jabaquara desde 1989. A Autarquia Hospitalar Municipal não quer continuar arcando com essa despesa e prefere pagar o auxílio-creche. Mas o valor proposto não cobre as necessidades dos servidores. Por isso, o Sindsep continua buscando a manutenção do CCI.

O Samu foi outro tema da mesa de negociações. A luta é para que os motoristas – contratados em caráter emergencial, com prorrogação desde 2004 – tenham seus direitos assegurados. Além disso, o sindicato cobra a presença do Cogerh e da direção do Samu na busca por melhores relações interpessoais entre chefia e funcionários, já que hoje há muitas queixas relativas às dificuldades de diálogo entre as partes.



Mesa Setorial da Saúde

Outro ponto debatido foi a repositição salarial dos funcionários do HSPM. A pauta apresentada no ano passado teve como contraproposta o pagamento da dívida de 2,14% retroativa a abril de 2008, o que depende de uma iniciativa de lei no Legislativo. Outra questão é a dívida referente ao PCCRS de 2004. Neste caso, a autorização se encontra na Secretaria de Planejamento e o Executivo se comprometeu a pagar a dívida. Mas, como a promessa se arrasta desde 2009, o sindicato quer manter a mobilização dos trabalhadores nesta frente.

Por fim, foi colocada a questão da portaria 742/2010, que suspende o efeito da portaria 1.590/09 (direito de permanecer no local de trabalho). O Sindsep repudia veementemente tais atitudes e considera que a SMS não respeita o direito de opção dos servidores. Todo apoio aos que desejarem permanecer.

SETE DE ABRIL

Além das mesas, o Dia Mundial da Saúde (7 de abril) foi mais um momento de reivindicações. Foi realizada uma grande mobilização em defesa do SUS com caminhada, ato e reunião com a Comissão de Saúde na Câmara em que foi apresentada a pauta histórica do movimento pedindo o fim das privatizações, das terceirizações e das OSs, o financiamento adequado da área da saúde por meio da regulamentação da EC 29, o respeito aos trabalhadores, o controle social da saúde, entre outros pontos.

ZOONOSES

Luta por novas conquistas continua

O Sindsep está chamando os trabalhadores de Zoonoses para participar do Ato no dia 27/04 às 14 horas na Secretaria Municipal de Gestão. Em continuidade da nossa luta pelo reconhecimento da Emenda Constitucional nº. 51 pela Prefeitura. A lei 15.135/10 aprovada no final de março, estabelece a manutenção dos Agentes de Apoio em Zoonoses do contrato de Emergência de 2001 por 3 meses renováveis até que se conclua a chamada de todos os concursados. No entanto, a lei não se estende aos contratados de emergência de 2007.

O Sindicato entende que é uma neces-

sidade real do município, a manutenção de todos os contratados de emergência atuando ao lado dos concursados engrossando o contingente de combate a dengue e a outras endemias. Para isso temos procurado apoio no poder público – em especial no Ministério Público – bem como no legislativo municipal.

O nosso principal objetivo é manutenção de todos os trabalhadores de zoonoses, a criação da carreira de Agente de Combate a Endemias, com o Piso Salarial Nacional. Para alcançarmos esse conjunto de conquistas dependemos da participação de todos os trabalhadores.

CIPEIROS

Plenária dia 28 de abril

Durante o 10º Congresso do Sindsep foi definida uma pauta de reivindicação e um calendário de mobilização por salário e melhores condições de trabalho. E isso envolve diretamente o papel dos cipeiros em cada local de trabalho. Por isso, o Sin-

dsep está convocando uma série de plenárias com os cipeiros. A primeira delas será no dia 28 de abril, na sede do sindicato. A data marca o Dia Internacional em homenagem às Vítimas de Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais. Também estão sendo planejadas novas plenárias em 16 de junho; 25 de agosto; 22 de outubro e 8 de dezembro.

**ASSOCIADO DO SINDSEP,
REFINANCIAMOS SUA DÍVIDA!**

**CONFIANÇA É TUDO!
O BMG FOI O PRIMEIRO BANCO A
CONCEDER EMPRÉSTIMO CONSIGNADO
AOS SERVIDORES DA PMSP.**

SEM
CONSULTA
SPC/SERASA

60
VEZES

MENORES
TAXAS

**CONTE MAIS UMA VEZ COM AS VANTAGENS DO BMG.
APROVEITE!**

(11) 3101 2140
Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, nº 88 - sala 103
Pça. da Sé - São Paulo

BCF
DE TRABALHADOR
PARA TRABALHADOR



Aprovação do crédito sujeita à margem consignável e às especificações contratuais e critérios das autarquias e órgãos públicos. Os empréstimos e financiamentos aqui descritos são produtos do Banco BMG S.A., oferecidos através de seus correspondentes bancários autorizados. CET máx. 6,90% a.m. e 122,71% a.a. Consulte as taxas e demais condições para concessão do empréstimo/financiamento em um correspondente autorizado BMG. Ouvidoria: 0800 723 20 44

PMSP nega aposentadoria à PEIs

Professores de Educação Infantil (PEI) têm enfrentado uma nova batalha na hora de solicitar sua aposentadoria. A prefeitura de São Paulo está deixando de lado a contagem de exercício que esses profissionais tiveram no cargo de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) para fins de aposentadoria.

O problema reside na forma de interpretar as regras constitucionais e a legislação municipal. A prefeitura entende que, no caso da transformação dos cargos de ADI para PEI, não deve se aplicar o disposto no artigo 16 da

Lei Municipal 13.574/03, que estabelece que “em decorrência das transformações a serem operadas, o tempo de exercício no cargo atual será considerado como de exercício no novo cargo para todos os efeitos legais, nos termos da legislação em vigor”.

A Procuradoria Geral do Município assegurou o direito de Diretor de Escola a computar o tempo de Diretor de Equipamento Social, como integrante de carreira do magistério, para fim de aposentadoria – com base na emenda constitucional 41/03 – considerando que, os dois cargos exigem

formação em nível superior, diferentemente das auxiliares de desenvolvimento infantil que tinham nível médio incompleto em sua transformação em PEI.

O Sindsep é contra a interpretação dada pela prefeitura das regras aplicáveis às PEIs por entender que ela contraria o espírito da própria Lei de Diretrizes e Bases e cria diferenciações para profissionais que sempre trabalharam na educação infantil, impedindo que tais servidoras se aposentem tendo como base o padrão de vencimento do seu novo cargo.

AGPPs de CEUs discutem situação de trabalho

A situação dos AGPPs que trabalham na gestão dos CEUs, que já era difícil, tem agora uma novidade que demanda um debate aprofundado. A SME, desde o ano passado, decidiu preencher as vagas que eram inicialmente de AGPPs (7 por CEU), com ATEs, e esta decisão gera uma situação onde, em vários CEUs convivam AGPPs e ATEs II. Cargos com funções similares mas com direitos distintos, pois os ATEs tem adicional noturno após as 19h, incorporada a GAE e concurso de remoção anual, enquanto os AGPPs, não tem. Este debate já se fez presente em nosso congresso, onde

aprovamos uma resolução geral sobre os CEUs que consta como “Equiparação entre AGPPs e ATEs”, porém é necessário discutir o conteúdo de tal equiparação, pois em reunião, o Secretário de Educação, Alexandre Schneider, sugeriu a transformação dos AGPPs de CEU em ATEs.

Para iniciarmos esta discussão de forma organizada, estamos enviando aos CEUs uma pesquisa consultiva sobre este tema, para iniciar o debate e posteriormente deliberar em assembleia, para que possamos negociar com o governo a solução deste impasse. A pesquisa já está disponível no site do Sindsep.

Sindsep quer regulamentação da lei do PCCS

O Sindicato tem promovido uma série de ações, como a criação de uma comissão cujo objetivo é construir propostas para a revisão do PCCS. Algumas delas foram levadas à negociação e, como resultado, a PMSP aprovou lei estabelecendo que, para o concurso de acesso, o Agente de Apoio deve apresentar 90 horas de títulos. No entanto, a lei depende de regulamentação. Em fevereiro, a prefeitura firmou o compromisso de publicar um decreto que a regulamenta. O Sindsep segue pressionando neste sentido.

Vem aí o Seminário de Educação

Dias: 27 e 28 de maio de 2010

Tema: A Educação Infantil e o processo de Construção do Plano de Educação

Local: a definir

Inscrições até 14 de maio

vagas limitadas

Taxa de inscrição: Nível básico:
R\$15,00 p/filiados - R\$20,00 n/filiados
Nível Médio:
R\$20,00 p/filiados - R\$25,00 n/filiados
Nível Superior:
R\$30,00 p/filiados - R\$35,00 n/filiados

Filiados não percam!
II Feira de Beleza e Saúde

SINDSEP **Aqui você sempre é VIP!**

Serviços GRATUITOS, mediante agendamento prévio.

Beleza

- Cabeleireiro (corte / hidratação / escova)
- Redução abdominal
- Limpeza de pele
- Depilação / Manicure
- Maquiagem
- Eletro-acupuntura facial



de 10 a 16 de maio - das 10 às 20h

- Feira de artesanato
- Exposição de produtos
- Sorteios
- Apresentações artísticas
- Exposição e venda de arte

Saúde

- Consultas (Fisioterapeuta / Oftalmologista / Psicólogo / Fonoaudiólogo)
- Acupuntura
- Podologia
- Massagem Terapêutica
- Drenagem linfática
- Quick massagem
- Encaminhamento para exames
- *Check up feminino/masculino
- *Campanha de mamografia
- *Campanha de vasectomia

Troque seu LIXO por LUXO

Colabore, traga seu lixo reciclável. Reciclar é necessário!

O filiado(a) tem direito de agendar 02 serviços gratuitos, caso queira poderá agendar outros serviços para si ou para seus dependentes, mediante o pagamento de R\$ 10,00 por procedimento extra.

Empresas parceiras
Centro de Estética e Bem Estar
SINDVIP
CUBIOS

ligue e agende o seu horário
(11) 3105-6112 / 3104-2921
R. São Bento, 355 - Centro

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município e São Paulo
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO ESPECIAL
6589/01-DRSPM
SINDSEP
CORREIOS

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP		
PARA USO DO CORREIO <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Não Procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado <input type="checkbox"/> Inf. escrita p/port/sindicato	DATA _____ REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM _____ ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR _____

IMPRESSO

